A Formação Moral no Ensino Escolar: Desenvolvimento ou Socialização?

Júlio César Castilho Razera[1]

"Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando" (Paulo Freire).

Não há dúvidas de que a formação moral ocorre na escola. Há, contudo, alguns questionamentos que podemos fazer. Vou me deter neste: em quais bases teóricas? Dentre algumas possibilidades, brevemente apresento duas que considero opostas: formação como suporte ao desenvolvimento para a autonomia (Piaget, 1994; Kohlberg, 1992) e formação como socialização (Durkheim, 2002). Defendo a primeira por causa da potencialidade de gerar mudanças sociais, mas creio que haja preponderância da segunda. Feitas essas considerações iniciais, convido o leitor para acompanhar os meus argumentos a seguir e se posicionar.

Se antes as discussões se perdiam em divagações, hoje as análises consistentes sobre educação moral são possíveis, porque existem bases experimentais e teóricas consolidadas. Em parte, devemos isso a Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. Piaget demonstrou que a moral se desenvolve progressivamente desde a heteronomia até a autonomia. Esses dois conceitos, extraídos de Kant, referem-se à forma de obediência às normas estabelecidas. Assim, heteronomia moral é a obediência motivada por controle externo, por interesse, enquanto autonomia moral é a obediência motivada por controle interno, na escolha consciente de um princípio aceito como válido. Kohlberg estendeu e aprofundou as pesquisas sobre moral. Ambos não concentraram seus estudos na conduta, mas nos juízos de valor. As razões eram mais reveladoras do que as condutas, pois uma criança e um adulto podem ter condutas semelhantes diante de uma

[1] Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando em Educação para a Ciência (UNESP). Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciência (UNESP). E-mail: juliorazera@uesb.br; juliorazera@yahoo.com.br

mesma situação (não roubar mercadorias de um supermercado, por exemplo), mas as razões podem ser diferentes e, nessa diferença, indicar os estágios de juízo moral de cada um (talvez a criança por causa do medo de castigo e o adulto por reconhecer racionalmente a lei, que prefere seguir). Enfim, Piaget e Kohlberg, baseando-se na universalidade dos princípios morais e tendo a justiça como critério de regulação, concluíram que: a) a personalidade moral compreende também os aspectos cognitivos; b) esses aspectos se desenvolvem em estágios; c) esse desenvolvimento é influenciado pela aprendizagem formal.

Nesse caso, a promoção do desenvolvimento moral é exequível nos espaços escolares, nas disciplinas e conteúdos. Para a educação escolar contribuir nesse processo, resumidamente, pode-se mencionar o trabalho de mediação do professor, que deve substituir o lugar da autoridade unilateral e da imposição, ou seja, escolher a opção por cooperação e estímulo à consciência dos princípios universais de justiça (dimensão da autonomia moral – uma base relevante para a emancipação do sujeito), ao invés de qualquer tipo de coerção ou coação (dimensão da heteronomia moral).

Distante dessas ideias, está a proposta de formação moral como socialização de Émile Durkheim. Nessa, apesar de também fundada em critérios racionais e leigos, a competência do julgamento moral é anulada no sujeito, pois a sociedade é tida como absoluta e só a ela cabe julgar o que é certo e o que é errado. Em Durkheim, a centralidade está na sociedade, o sujeito fica num segundo plano, e deve moldar-se a ela, porque o objetivo recai na preservação do organismo social (fazendo-nos lembrar do livro *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley). Nesse tipo de moralidade, menciona Freitag (1989), as regras sociais não visam à dignidade do sujeito e não há margem para a liberdade individual, pois tudo já se encontra inexoravelmente objetivado e rotinizado. A questão pedagógica inserida nesse âmbito tem o foco na promoção da obediência às regras estabelecidas (como se fossem perpétuas) e no ajuste e adaptação do sujeito à sociedade, tendo-se como base o espírito de disciplina, a adesão ao grupo social e a autonomia (aqui entendida como submissão consciente às regras sociais e aceitação da coerção do grupo; diferente das ideias de Piaget e Kohlberg, na qual a autonomia refere-se ao processo de maturação e descentralização, em que o sujeito se emancipa da coerção do grupo).

Portanto, se ainda ouço no interior das escolas sentenças como "Aquele aluno é um desajustado" ou "O objetivo é inserir o indivíduo na sociedade", sou levado a pensar sobre o tipo de formação moral escolhido e a manutenção do *status quo* promovido.

Pensando a extensão, transfiro agora a palavra ao leitor.